

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE**  
**Curso de Ciências Contábeis e Tributos**

**CONTABILIDADE GERENCIAL:**  
**A IMPORTANCIA DO PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL NO TRANSPORTE**  
**ESCOLAR**

Rafael Santos Cançado<sup>1</sup>  
Milton da Silva Pereira<sup>2</sup>

**RESUMO**

As micro e pequenas contribuem com a economia brasileira, porém muitos desses empresários ainda não priorizam a Contabilidade de Custos para auxiliar o gerenciamento de suas atividades. Não utilizam procedimentos que apontam para as necessidades dessas empresas, como o controle operacional, controle de caixa, com o uso do Fluxo de Caixa e outros demonstrativos. Com este intuito, este artigo tem como objetivo analisar a necessidade e aplicabilidade da Contabilidade Gerencial de Custos nas MPEs, sobretudo do ponto de equilíbrio contábil para melhor desempenho e controle financeiro de uma pequena empresa do ramo de transporte escolar. Para tanto, este estudo apresenta um estudo de caso de uma microempresa que atua no segmento de transporte escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade de Custos; Micro e Pequenas Empresas; Ferramentas Contábeis; Transporte Escolar;

**1. INTRODUÇÃO**

As empresas se caracterizam pelo seu ramo de atividade, pelo seu porte e seu número de funcionários e de negócios. Neste cenário, encontram-se as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), que na concepção de Moraes (2006) podem ser

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis e tributos do Centro Universitário UNIBH- e-mail: rafaelfautoescola@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor orientador do Centro Universitário UNIBH, especialista em Controladoria. e-mail: miltonp.crcmg@gmail.com

classificadas pelo número de pessoas ocupadas e pela sua receita anual. Moraes (2006) esclarece ainda que no Brasil este tem sido o conceito dado às MPEs. Essas empresas, segundo Santos; Barros (2009, p. 276), citando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT19), devem “elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.2 e NBC T 3.3”, o que leva a inferir que a Contabilidade de Custos se torna relevante para esses empresários. Nesse caso, Martins (2008, p. 21) ressalta que “a Contabilidade de Custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao controle e a ajuda às tomadas de decisões.”

A Contabilidade de Custos, foco deste artigo, permite gerenciar a empresa no que se refere aos números da empresa, ou seja, receitas e despesas, podendo ainda “executar o seu papel de gerar informações ao empresário para que este tome decisões mais acertadas e em tempo hábil.” (ATKINSON et al, 2003, p. 37). Por meio de suas ferramentas contábeis, tais como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, o Fluxo de Caixa e outras, o empresário consegue acompanhar a realidade financeira de sua empresa.

Para efeitos desta pesquisa, os conceitos e critérios relevantes, serão acrescidos de uma análise do impacto da Contabilidade Gerencial de Custos, para crescimento dessas empresas e minimização de riscos, sobretudo através da análise do ponto de equilíbrio. Neste sentido, vale ressaltar que a expressão ponto de equilíbrio, refere-se ao nível de venda em que não há lucro nem prejuízo, ou seja, no qual os gastos totais (custos totais + despesas totais) são iguais às receitas totais. O Ponto de Equilíbrio nasce da conjunção dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais. (PEREZ JUNIOR, 2003).

Ainda de acordo com (PEREZ JUNIOR, 2003) o Ponto de Equilíbrio é um dos indicadores contábeis que informa ao executivo o volume necessário de vendas, no período considerado, para cobrir todas as despesas, fixas e variáveis, incluindo-se o custo da mercadoria vendida ou do serviço prestado

Buscando entender este cenário e ao mesmo tempo defendendo a importância da Contabilidade Gerencial de Custos para o crescimento das MPEs, este trabalho

apresenta um estudo teórico, além de um estudo de caso sobre o impacto desta contabilidade no crescimento e fortalecimento de uma micro empresa do ramo de transporte escolar.

Também será enfatizada a tributação que recai sobre este tipo de empresa. Neste aspecto, Santos; Barros (2009) destacam que a Lei Complementar - LC n. 123/2006, serve de pressuposto para esse entendimento, tendo em vista que além de instituir o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispõe sobre o regime tributário simplificado Simples Nacional. Pra Santos; Barros (2009, p. 19), “Trata-se de um regime tributário diferenciado, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos definidos na LC n. 123/2006”. Esse sistema constitui-se em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidas, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta, sendo este regime atualizado pelo SUPERSIMPLES.

Para fins desta pesquisa, o objetivo geral é analisar a necessidade e aplicabilidade da Contabilidade Gerencial de Custos nas MPEs, sobretudo do ponto de equilíbrio contábil para melhor desempenho e controle financeiro de uma pequena empresa do ramo de transporte escolar. Em se tratando dos objetivos específicos, pretende-se: caracterizar as MPEs; analisar as possibilidades de uso das ferramentas da Contabilidade de Custos para auxiliar a gestão de uma pequena empresa do ramo de transporte escolar; verificar o regime tributário para essas empresas após a Lei Complementar n. 123/2006.

Algumas pequenas e médias empresas não utilizam os recursos da contabilidade para ajudar em seu processo de administração, entretanto é possível gerenciar e avaliar mesmo que parcialmente os dados de empresas de pequeno porte. Desta forma, este artigo pretende comprovar que a Contabilidade Gerencial, pode contribuir com a mensuração e administração das Pequenas e Médias Empresas, possibilitando o alargamento da utilização dos recursos contábeis pelos empresários e administradores deste tipo de empresa.

Diante do exposto, considerando as empresas que ainda não priorizam a Contabilidade de Custos para acompanhar seus resultados e avaliar seus custos, podem encontrar dificuldades no gerenciamento e controle financeiro. Neste cenário, formulou-se o problema desta pesquisa: A Contabilidade Gerencial de Custos pode ser uma ferramenta para avaliação do desempenho e gerenciamento do crescimento de uma empresa de pequeno porte do seguimento de transporte escolar?

A pesquisa proposta se justifica pela necessidade de aplicar, na prática, a Contabilidade Gerencial de Custos, em uma pequena empresa de transporte escolar, buscando melhor entendimento do tema e seus benefícios para o desenvolvimento da empresa. Os conhecimentos teóricos serão de grande relevância para verificar, através dos dados da empresa, como devem ser feitos seus demonstrativos financeiros e que impacto terão no crescimento financeiro da empresa.

Além disto, o presente estudo se justifica como forma de analisar as taxas de tributos, que podem causar várias dificuldades para a sobrevivência de Micro e Pequena Empresa. Taxações, tarifas, são várias vezes consideradas muito altas e impedem seu crescimento e progresso dessas empresas. Por outro lado, as empresas consideradas de pequeno porte muitas vezes não sabem administrar seus recursos financeiros por falta de uma Contabilidade de Custos periódica, trazendo consequências negativas para a empresa. Com vistas para esta questão, o presente estudo se justifica pela necessidade de ampliar as discussões em torno da importância da Contabilidade Gerencial de Custos para a essas empresas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. CONTABILIDADE DE CUSTOS**

#### **2.1.1 Objetivos da contabilidade**

A contabilidade é uma disciplina ampla, que tem modos particulares de análise, tendo sido priorizada a Contabilidade Gerencial de Custos para este estudo. Segundo Ludícibus (2000. p.19) objetivo geral da contabilidade é,

[...]fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a contabilidade deveria ser capaz e responsável pela a apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

Bruni; Fama (2008 apud CUNHA; RODRIGUES, 2012, p.3) define a Contabilidade de Custos “como o processo ordenado onde são usados todos os princípios da contabilidade financeira para registrar os custos de operação de um negócio, coletando os dados financeiros e contábeis para se estabelecer os custos de produção.” Em outras palavras, Bruni; Fama (2008, p. 3), acredita que na interseção da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial, desdobrou-se a Contabilidade de Custos.

De acordo com Leone (2002), a principal função da contabilidade é a de ser uma ferramenta precisa no que diz respeito à situação econômica, financeira, administrativa, social e ambiental das empresas. Especificamente a Contabilidade de Custos, esta tem como objetivo coletar, classificar e registrar os dados operacionais das diversas atividades da empresa, tanto os dados externos quanto os internos. Também podem ser enumerados como objetivos da Contabilidade de Custos:

- a) Determinar o lucro utilizando os dados dos registros convencionais da Contabilidade;
- b) Controlar as operações e estoques, estabelecer padrões e orçamentos, comparações entre o custo real e o custo orçado e ainda fazer previsões;
- c) Tomar decisões sobre formação de preços, determinação da quantidade a ser produzida, escolha de qual produto deve produzir, avaliar as decisões sobre o corte de produtos ou decisão de comprar ou fabricar. (LEONE, 2002, p. 16).

De acordo com Martins (2008), a Contabilidade de Custos tem suas raízes na Contabilidade Financeira, que objetiva, sobretudo, em avaliar estoques na indústria, resumindo-se em três pontos relevantes: compras, estoques finais e custo de mercadorias vendidas. O confrontamento desses itens “com as receitas líquidas obtidas na venda desses bens, chega-se ao lucro bruto.” “O conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável; ou, se não rentável, se é possível reduzi-los (os custos). Assim, a contabilidade mais moderna vem criando sistemas de informações que permitam melhor gerenciamento de custos, com base nesse enfoque. (MARTINS, 2008, p.15).

Na visão de Martins (2008), com o crescimento empresarial e tecnológico, foi preciso mudar o perfil dessa contabilidade, passando a ser considerada de suma importância para toda e qualquer empresa, bem contribuir para o gerenciamento dos problemas financeiros das empresas. Neste contexto, algumas terminologias merecem destaque, tendo em vista que são o alicerce para se entender como a C.C pode impactar nos resultados das MPEs. São elas:

**Gasto:** compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício este representado por entrega ou promessa de ativos (normalmente dinheiro);

**Desembolso:** pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço;

**Investimento:** gasto ativo em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período (s);

**Custo:** gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços ( o custo é também um gasto);

**Despesa:** bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para obtenção de receitas;

**Perda:** bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária. (MARTINS, 2008, p. 24).

Além de saber utilizar e empregar os termos ora citados, as empresas devem observar os princípios contábeis aplicados a custos, conforme aponta Martins (2008, p.13): “a) princípio da realização da receita; princípio da competência ou confrontação entre despesas e receitas; princípio do custo histórico como base de valor”.Na prática, muitas vezes, se torna difícil a separação de custos e despesas, sobretudo nas MPEs. Isto pode ocorrer justamente pela não priorização de contabilidade para o acompanhamento financeiro da empresa. Ainda segundo Martins (2008, p.15),

Teoricamente, os gastos relativos ao processo de produção são os custos e aqueles relativos à administração, às vendas e aos financiamentos, são as despesas. De qualquer forma, os princípios contábeis devem ser observados para que se possa elaborar os balanços e demonstrações de resultados da empresa.

Para que as MPEs adotem a C.C é preciso ainda entender o esquema básico para sua aplicação, sendo de igual relevância um profissional capacitado para essa função.

Quaisquer que sejam as formas de apropriação dos custos, é fundamental lembrar sempre que a Contabilidade Financeira “entrega” à de custos certo

montante de custos de produção do período, e a Contabilidade de Custos “devolve à financeira produtos acabados”. (MARTINS, 2008, p.84).

Para Martins (2008, p. 137), “a conciliação dessas duas formas de contabilidade proporciona ferramentas para minimizar ou até mesmo evitar distorções nas avaliações dos resultados das empresas, em cada período”.

## 2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Silva (2010), as práticas e atribuições no gerenciamento dos negócios sofrem alterações de acordo com as mudanças econômicas e tributárias, o que leva a ciência contábil a acompanhar essas mudanças. Neste contexto, a contabilidade das empresas tem como principal objetivo controlar o patrimônio empresarial, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, também se atualizam e renovam no sentido de acompanhar possíveis mudanças, porém sem deixar de ter o foco nas demonstrações financeiras. Silva (2010, p.03) ressalta que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da empresa, tendo como objetivo proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade.

Para Marion (2006, p.43) “os dados coletados pela contabilidade são apresentados periodicamente aos interessados de maneira resumida e ordenada, formando, assim, os relatórios contábeis”, ou seja, as demonstrações financeiras. “A contabilidade, com os dois relatórios, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, um completando o outro, atinge a finalidade de mostrar a situação patrimonial-econômico-financeira da empresa”. (IUDÍCIBUS et al., 2000, p. 150).

Para Iudícibus et al. (2000, p 150), os custos podem ser fixos ou variáveis assim como as despesas. Além disto, os custos podem ser diretos ou indiretos, o que depende da situação da empresa e do tipo de negócio que opera. Para este autor, custo nada mais é que “o gasto relativo ao consumo de bem ou serviço no processo de produção de outros bens ou serviços”. Os custos podem ser assim classificados:

- Custos Diretos e Indiretos – diz respeito ao relacionamento entre o custo e o produto feito;
- Custos fixos e variáveis – se referem à relação entre o valor total do custo num período e o volume de produção.
- Os Fixos são custos que mantêm um montante fixado não em função das oscilações na atividade.
- Os custos variáveis são os que têm seu valor determinado em função dessa oscilação. (IUDÍCIBUS et al., 2000, p. 150).

Sobre os termos citados, Santos (2009) esclarece que os custos diretos são constituídos de materiais diretos (MD) e mão-de-obra-direta (MOD) e são definidos a seguir:

- Matéria-Prima (MD) – é o material usado diretamente na produção de um produto final.
- Mão-de-Obra-Direta (MOD) – Elemento utilizado para transformação dos materiais diretos em produto, isto é, os profissionais ou colaboradores envolvidos diretamente na produção.
- Material de Embalagem- (quando esse material for identificado diretamente a um único produto);
- Depreciação de Equipamento- (quando esta for empregada para produzir apenas um tipo de produto)
- Energia elétrica das máquinas- (quando for possível saber a quantidade consumida na fabricação de cada produto)

Martins (2008, p. 33) destaca que é necessário considerar a atribuição de custos às atividades, “o custo de uma atividade compreende todos os sacrifícios de recursos necessários para desempenhá-la”. Deve-se também incluir salários com os respectivos encargos sociais, materiais, depreciação, energia, uso de instalações e outros.

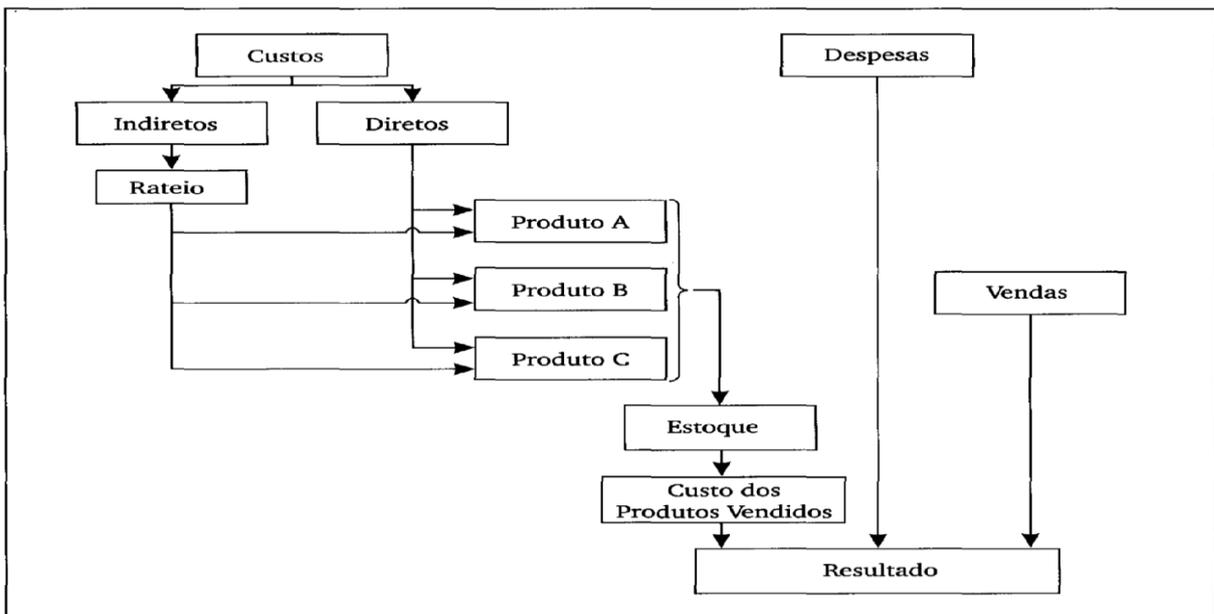
Merece destacar ainda os custos indiretos que são aqueles apropriados indiretamente aos produtos, como por exemplo, seguro e aluguel, conforme defendidos por Bruni; Fama(2008). Além dos custos apresentados, a Contabilidade de Custos, deve considerar os seguintes conceitos, sendo estes apresentados com clareza e dentro da realidade de cada empresa, nos seus demonstrativos:

- Investimento: gasto ativado em função de sua vida útil ou benefícios atribuíveis a futuros períodos.
- Despesa: gasto relativo ao consumo de Bem ou serviço que tem relação direta ou indireta com o processo de obtenção de receitas da entidade.
- Desembolso - Pagamento resultante da aquisição do bem ou realização do serviço.

- Perda (despesa): bem consumido ou serviço prestado de forma anormal e involuntária.
- Desperdício: é o consumo intencional, que por alguma razão não foi direcionado à produção de um bem ou à prestação de um serviço.
- Encargos: ônus, em geral, determinado pela legislação. É o caso dos encargos sociais: trabalhistas e previdenciários. Outro exemplo: encargos financeiros sobre desconto de títulos; também, encargos de depreciação, amortização e exaustão. (MARTINS, 2008, p. 38)

Martins (2008, p. 38) propõe o seguinte esquema básico para se entender e aplicar a Contabilidade de Custos, considerando: a) separação entre custos e despesas; b) apropriação dos custos diretos diretamente aos produtos ou serviços; c) rateio dos custos indiretos (FIG. 1).

Figura 1 - Esquema básico da Contabilidade de Custos



Fonte: Martins (2008, p. 38).

De acordo com Botelho; Santos (2004) é importante considerar a margem de contribuição (MC), calculada pela diferença entre as vendas do período e o custo variável dos produtos vendidos. Desta MC se deduz os custos fixos (CF) para chegar-se ao resultado. Já o ponto de equilíbrio (PE), este ocorre quando os custos totais de uma empresa se igualam às suas receitas temos o Ponto de Equilíbrio. A fórmula que melhor representa essa igualdade é a seguinte:

Figura 2 - Esquema básico da Contabilidade De Custos

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = \frac{\text{Custos + Despesas Fixas}}{(\text{Preço de Venda} - \text{Custos} + \text{Despesas Variáveis})}$$

ou seja,

$$\text{Ponto de Equilíbrio (PE)} = \frac{\text{Custos + Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

Fonte: Botelho; Santos (2004, p. 23)

Os estudos de Botelho; Santos(2004) mostram ainda que “existem vários tipos de pontos de equilíbrio. O ponto de equilíbrio contábil (PEC) é aquele já estudado, ocorre quando a soma das margens de contribuição totaliza um montante igual à soma de todos os custos e despesas fixos”.

Outro ponto a se analisar na Contabilidade de Custos é a análise da Margem de Segurança. Segundo Botelho e Santos (2004) a margem de segurança representa a porcentagem que a empresa tem de receitas acima do seu ponto de equilíbrio, ou seja, quanto ela pode reduzir em porcentagem nas receitas antes de chegar no prejuízo; e alavancagem operacional, que é a proporção entre o aumento no volume de atividade de uma empresa e seu conseqüente acréscimo no lucro. No contexto ora apresentado, torna-se também relevante considerar nas MPEs os índices de rentabilidade e retorno, tendo em vista que o lucro é o principal estímulo do empresário e, ao mesmo tempo, possibilita avaliar o sucesso do empreendimento.

De acordo com Gitman (2002), as principais bases de comparação adotadas para o estudo dos resultados empresariais são: o total do ativo, o patrimônio líquido e as vendas. Os resultados utilizados, por sua vez são: o lucro operacional e o lucro líquido. Os resultados mostram qual a rentabilidade ou o retorno dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investimentos feitos na empresa e, portanto, qual seu grau de êxito econômico. A interpretação dos índices deste grupo é “quanto maior melhor.” Para encontrá-lo, deve-se considerar o total de vendas(receitas líquidas de prestação de serviços/Faturamento) e o ativo médio, que é o ativo inicial somado com o ativo final dividido por 2, ou seja:

$$\text{Giro Ativo: (GA)} = \frac{\text{Total de Vendas}}{\text{Ativo Médio(ativo inicial +ativo final: 2)}}$$

Este indicador também pode ser entendido como “produtividade”, pois representa a eficiência com que a empresa utiliza os seus ativos com o objetivo de gerar vendas. Quanto mais o ativo gerar em vendas, mais eficiente será o gerenciamento na administração dos investimentos (Ativo). A fórmula do cálculo é

<b>Giro do ativo (GA) = Receita líquida de vendas x100/Ativo total</b>
--

Este índice como muitos outros, não pode ser interpretado isoladamente, pois, depende muito da estrutura e do tipo de atividade da empresa. Empresas com altos investimentos em imobilizado terão índices muito diferentes de empresas com baixo valor imobilizado.

Determina a percentagem do lucro operacional sobre a totalidade dos recursos investidos na empresa, sejam eles próprios ou de terceiros. A baixa rentabilidade eleva cada vez mais o endividamento da empresa, comprometendo os recursos investidos e gerando um ciclo vicioso que tende a aumentar o grau de dificuldade de pagamento dos compromissos, enquanto que os recursos investidos pelos acionistas não são remunerados a contento.

### 2.2.1 Taxa Interna de rentabilidade e índice de lucratividade

Segundo Gitman (2002) esse índice indica o retorno apurado para cada R\$ 1,00 investido. A taxa interna de rentabilidade (TIR%) de um investimento reflete o retorno desse investimento em termos relativos, ou seja, em porcentagem. É determinada a partir do índice de lucratividade (IL).

Figura 3

<b>Índices de Lucratividade</b>	
Margem Bruta	= $\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Operacional Bruta/Líquida}}$
Margem Operacional	= $\frac{\text{Lucro antes do Juros e do IR - LAJIR}}{\text{Receita Operacional Bruta/Líquida}}$
Margem Líquida	= $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Bruta/Líquida}}$

Para encontrar o valor da Taxa Interna de Retorno, calcular a taxa que satisfaz a seguinte equação:

$$\text{VPL}=0=\text{Investimento Inicial}+\sum_{t=1}^n \frac{N F t}{(1+\text{TIR})^t}$$

A TIR é a taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente) com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa gerados em cada período. É a taxa que o investidor obtém em média em cada período (ano, mês,) sobre os capitais que se mantêm investidos, enquanto o investimento inicial é recuperado progressivamente.

De acordo com Assaf Neto (2003, p. 477), “a administração de caixa visa, fundamentalmente, manter uma liquidez imediata necessária para suportar as atividades de uma empresa”. Por não apresentar nenhum retorno operacional explícito, o saldo de caixa ideal deveria ser nulo. Essa posição extrema, no entanto, é inviável na prática, já que a empresa precisa normalmente manter certo nível de caixa para, entre outras razões, fazer frente à incerteza associada ao seu fluxo de recebimento e pagamentos.

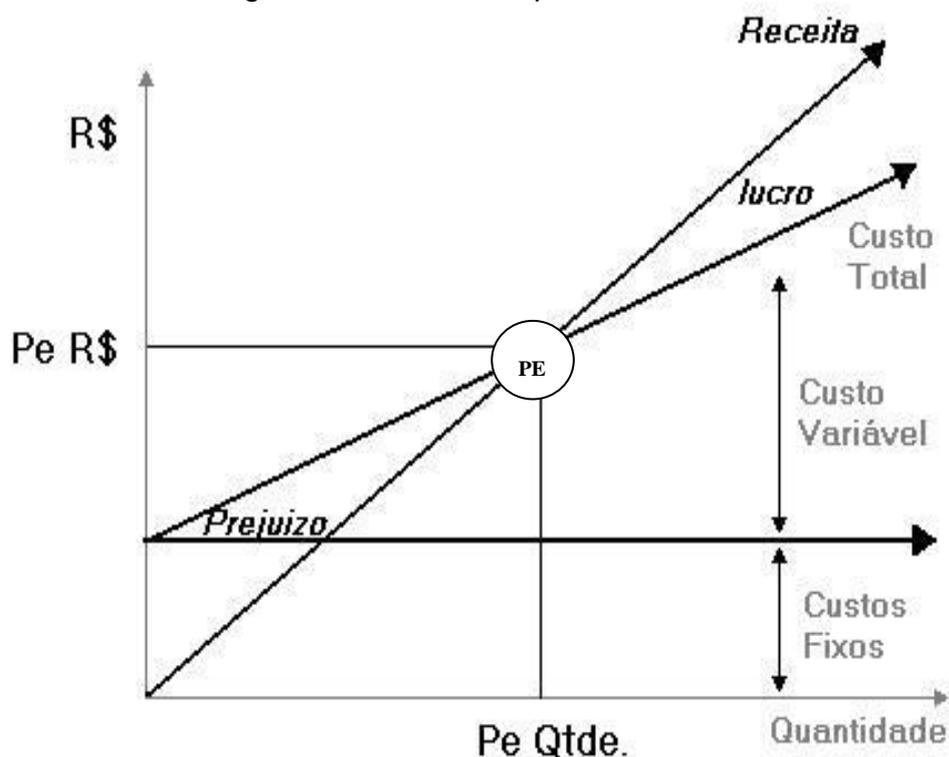
### 2.2.2 Ponto de equilíbrio

A expressão ponto de equilíbrio refere-se ao nível de venda em que não há lucro nem prejuízo, ou seja, no qual os gastos totais (custos totais + despesas totais) são iguais às receitas totais. O Ponto de Equilíbrio nasce da conjunção dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais. (PEREZ JUNIOR, 2003).

Ainda de acordo com Perez Junior(2003) o Ponto de Equilíbrio é um dos indicadores contábeis que informa ao executivo o volume necessário de vendas, no período considerado, para cobrir todas as despesas, fixas e variáveis, incluído ainda o custo da mercadoria vendida ou do serviço prestado. Este indicador tem por objetivo determinar o nível de produção em termos de quantidade e ou de valor que se traduz pelo equilíbrio entre a totalidade dos custos e Retângulo de cantos

arredondados: Diretoria das receitas. Para um nível abaixo deste ponto, a empresa estará na zona de prejuízo e acima dele, na zona da lucratividade, assim representado:

Figura 4 - Ponto de Equilíbrio.



Fonte: Martins (2008, p. 257).

## 2.3 PEQUENAS E MICROEMPRESAS

Para aplicar a Contabilidade de Custos nas MPEs, é preciso ter um entendimento conceitual dessas empresas, bem como os impostos incidentes sobre elas.

### 2.3.1 Conceituação

De acordo com Santos; Barros (2009), as MPEs tiveram alterações conceituais a partir da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que estabelecem normas gerais reativas ao tratamento diferenciado às MPEs, para efeitos fiscais.

Vale ressaltar que com essas alterações, ou seja, com o novo estatuto, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte “a sociedade

empresária, a sociedade simples e o empresário devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas” (SANTOS; BARROS, 2009, p.12).

A receita bruta anual deve ser igual ou inferior a R\$360.000,00 para as microempresas, e de receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$3.600.000,00. Porém, a proporcionalidade desses limites deve considerar: a) no caso de microempresas R\$30.000,00 por mês ou; b) para empresas de pequeno porte, R\$300.000,00 por mês. De acordo com Santos; Barros (2009, p. 13) receita bruta significa “o produto de venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheira”. Outra classificação das MPEs é pelo número de funcionários, assim estabelecida pelo SEBRAE (2008):

Tabela 1 Classificação das MPEs

<b>PORTE DA EMPRESA</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>
Micro	Até 19	Até 09
Pequeno	De 20 a 99	De 10 a 49
Média	De 100 a 499	De 50 a 99
Grande	Maior que 500	Maior que 100

Fonte: SEBRAE (2008)

### 2.3.2 Impostos e tributos

Imposto é a transferência compulsória de dinheiro ao governo (no passado também de mercadorias e serviços), por parte de indivíduos ou instituições, exigidos independentemente da prestação de serviços específicos ao contribuinte pelo governo. Tributos é a prestação compulsória, devida ao poder público, podendo ser instituída pela União, Estados e Municípios e o DF; determinada pela Constituição Brasileira de 1988, (BRASIL; RECEITA FEDERAL, 2014).

Para, fazer face ao recolhimento desses tributos, as empresas precisam escolher um regime adequado de tributação sendo um dos mais apropriados para MPEs, o simples nacional.

Para Andrade Filho (2004, p. 29) “o SIMPLES é o Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte instituído através da Lei nº 9317, de 05/12/96”, cuja redação foi alterada pela Lei nº 9.732/98, substituída pela Lei Complementar n. 123/2006. De acordo com Santos; Barros (2009, p. 19), esta lei “ao instituir o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispôs também sobre o regime tributário simplificado pelo qual podem optar tais pessoas jurídicas – o chamado “Simples Nacional”.

#### 2.4 LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

A Portaria BHTRANS DPR Nº 086/2012 “autoriza o credenciamento de interessados na prestação do Serviço de Transporte Escolar no Município de Belo Horizonte”. A mesma Portaria dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar no Município de Belo Horizonte; a extinção de permissões/autorizações do Serviço de Transporte Escolar no período de 03/2011 a 07/2012; resolve:

Art. 1º Autorizar o Credenciamento de interessados para prestação de Serviço de Transporte Escolar no Município de Belo Horizonte, nas modalidades de Pessoa Física e Pessoa Jurídica, no período de 22 de outubro a 21 de novembro de 2012.

Art. 2º O Credenciamento para prestação do Serviço de Transporte Escolar no Município de Belo Horizonte ficará suspenso a partir de 22 de novembro de 2012.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de ensino regular interessados em prestar o serviço de transporte escolar não se enquadram nesta suspensão.

Para atuar neste ramo, o DETRAN/MG (2012) exige que se faça o curso especializado para Transporte Escolar que tem a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de transporte escolar de passageiros.

## 2.5 IMPLICAÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NO DESEMPENHO DAS MPEs

Callado (apud CUNHA; RODRIGUES, 2012, p. 5) destaca que a utilização da Contabilidade de Custos nas empresas de pequeno porte não difere bastante em relação ao desempenhado nas grandes empresas, que tem como funções básicas: a sistematização e a análise dos gastos, a classificação e a contabilização dos custos e a geração de relatórios e informações sobre os custos de produção.

Para Santos (2009), no sentido mais amplo, a Contabilidade de Custos tem por finalidade mostrar os caminhos a serem percorridos na prática da gestão profissional de um negócio. A ausência de informações provenientes à Contabilidade de Custos poderá resultar no fracasso do empreendimento. Da mesma forma, Kassai (2009 apud MELO; PIETRO, 2013, p. 5) ressalta que “as informações contábeis para a gestão das pequenas empresas devem ser simples, e de entendimento intuitivo, dispensando o prévio conhecimento dos princípios e convenções contábeis”.

### 3. METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, como base em publicações *online*, periódicos e livros que tratam do tema proposto, além do estudo de caso realizado em uma pequena empresa de transporte escolar. Este estudo teve abordagem qualitativa. Pretende-se analisar os dados contábeis da empresa e seu reflexo no ponto de equilíbrio, ou seja, na pesquisa qualitativa, pretende avaliar a Contabilidade de Custos nesta empresa para assim verificar se a empresa aplica ou não a Contabilidade de Custos.

O procedimento metodológico foi o meio de caso, que na concepção de Gil (2002, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Este estudo se realizou em uma empresa prestadora de serviços de transporte escolar cujo nome não será divulgado por questões de sigilo.

A empresa presta serviços de transporte escolar para alunos de escolas, localizadas no município de Belo Horizonte. Conta com uma carteira de mais de 60 clientes, sendo estes pessoas físicas. Com um aumento expressivo no número de clientes, percebeu-se a necessidade de apurar os custos da prestação de serviços.

### 3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Neste trabalho a pesquisa qualitativa foi a metodologia adotada para análise de 6 entrevistas individuais semi-estruturadas, realizadas com o proprietário da empresa. Dados documentais foram obtidos junto à empresa. Após a tabulação dos dados, foram realizadas a interpretação dos e análise dos mesmos.

### 3.2 ABORDAGEM

A abordagem para a mensuração qualitativa dos dados foi a pesquisa de caráter exploratório.

### 3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista com o proprietário da empresa, o qual permitiu a consulta dos dados contábeis da empresa. Após coletados, os dados foram organizados e transferidos para planilhas onde foram transformados em tabelas e gráficos para melhor demonstrar as receitas, custos e despesas dispostos em um conjunto de demonstrativos gerenciais. Esta coleta foi realizada em janeiro de 2014, especificamente, de 10 a 25 do referido mês, tendo em vista que já estavam fechados os dados da empresa relativos a 2013.

### 3.4 APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Após analisados os demonstrativos da empresa, foi apurado o ponto de equilíbrio, foco deste estudo, através do qual terá uma indicação do nível de vendas em que os custos da empresa se igualam às suas receitas, isto é, o ponto em que não há lucro, nem prejuízo. O ponto de equilíbrio apontará se a empresa pesquisada consegue absorver todos os seus custos fixos e variáveis até aquele ponto. A partir desse

nível, verificará se a empresa começa a gerar lucro ou se vem operando com prejuízos.

#### **4. DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA**

##### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA**

A empresa prestadora de serviços no setor de transporte escolar fica localizada na região oeste de Belo Horizonte, iniciando suas atividades em 2010. Ela atua no segmento de transporte escolar, uma atividade de serviço de transporte especializado na locomoção de estudantes da rede pública ou privada dentro do município. A empresa ora pesquisada, optou pelo SIMPLES Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas MPES (LC nº 123/2006), por ter uma receita bruta anual inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Nesse regime, o empreendedor recolhe os seguintes tributos e contribuições, por meio de apenas um documento fiscal – o DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), que é gerado no Portal do SIMPLES Nacional.

- IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica);
- CSLL (contribuição social sobre o lucro);
- PIS (programa de integração social);
- COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social);
- ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza);
- INSS (contribuição para a Seguridade Social relativa a parte patronal).

Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, as alíquotas do SIMPLES Nacional, para esse ramo de atividade, variam de 6% a 17,42%, dependendo da receita bruta auferida pelo negócio, a empresa pode optar pelo regime. No caso da empresa estudada, a alíquota é de 6% da sua receita, perfazendo um total de R\$810,00 ao mês e de R\$9.720,00 ao ano.

## 4.2. DEMONSTRATIVOS DA EMPRESA

A empresa pesquisada possui um plano de contas que se apoia na contabilidade de custos, contemplando a segregação dos valores que constam no Quadro1 a seguir. Verifica-se que a Empresa X ainda tem uma clientela muito pequena de alunos que utilizam do seu transporte escolar. Por outro lado, a empresa aumenta sua receita fazendo transportes eventuais nos finais de semana e dias não letivos, o que aumenta duas (2) vezes sua entrada em R\$64.000,00 ao mês, conforme quadro que se segue. Os valores foram calculados no período de 12 meses relativos ao ano base de 2013.

QUADRO 1 SERVIÇOS: ENTRADAS (RECEITAS)

Serviços	Valor unitário por aluno (mensalidade)	Número de pessoas	Receita Mês	Receita Ano
Transporte escolar	R\$150,00 (turnos manhã e tarde)	30	R\$4.500,00	R\$45.900,00
	R\$120,00 (noite)	15	R\$1.800,00	R\$41.600,00
<b>Total</b>		-----	-----	<b>R\$87.500,00</b>
Transportes eventuais (excursões escolares) 12 meses	Valor médio por transporte: R\$500,00	Média: 8 transporte/mês	Preço médio: R\$4.000,00	R\$48.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$135.500,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O modelo referencial facilitador para apurar custos em serviços da Empresa X, teve como objetivo demonstrar de maneira esquemática o fluxo dos recursos consumidos que compõem o custo dos serviços prestados por esta empresa. Verificou-se, através do Quadro 2, que seus custos fixos (R\$55.976,00) são bem mais elevados que os custos variáveis (R\$13.440,00). Os custos fixos representam 72% das

despesas, ficando os custos variáveis com 28% do percentual total de despesas. Os custos fixos foram aqui tratados como despesas do período de janeiro a dezembro de 2013.

Tendo os dados contábeis organizados, elaborou-se o quadro a seguir apresentando a análise de custos, que contém a receita bruta, líquida, seus custos, despesas e deduções relativas à empresa pesquisada, no ano base de 2013. Essa análise foi elaborada com base em estimativas feitas de janeiro a dezembro de 2013, através das informações coletadas na entrevista e fornecidas pela empresa.

#### QUADRO 2 ANÁLISE DE CUSTOS

DESPESAS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	DESPESA MENSAL	DESPESA ANUAL
<b>CUSTOS FIXOS</b>				
<b>Motorista (com encargos)</b>	1	R\$1.200,00	R\$1.200,00	R\$14.400,00
<b>Reserva mecânico</b>	1	R\$100,00	R\$100,00	R\$1.200,00
<b>Ajudante (com encargos)</b>	-	R\$800,00	R\$800,00	R\$9.600,00
<b>Contador (com encargos)</b>	1	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$12.000,00
<b>Impostos:</b> Seguro carro: 3500,00 e IPVA: Seguro DPVAT: R\$369,00 Licenciamento: R\$75,00 Imposto Sindical: R\$ 19,00 Outros impostos	SIMPLES Nacional	R\$3.500,00	----- R\$369,00 R\$75,00 R\$ 19,00 R\$810,00	R\$3.500,00 R\$4.428,00 R\$900,00 R\$ 228,00 R\$9.720,00
<b>Total de custos fixos.....R\$55.976,00</b>				
<b>CUSTOS VARIÁVEIS</b>				
<b>Pneus:</b> Dianteiro Traseiro	2 2	R\$480,00	R\$80,00	R\$960,00
<b>Combustível</b>	Média: 10k/litro	R\$2,68 (litro)	R\$520,00	R\$6.240,00
<b>Óleo, filtro de óleo e filtro de ar</b>	A cada 7500 km	R\$190,00	R\$190,00	R\$2.280,00
<b>Ducha</b>	1	R\$20,00	R\$80,00	R\$960,00
<b>Outros e telefone</b>	-	-	R\$250,00	R\$ 3.000,00
<b>Total de custos variáveis</b>				<b>R\$13.440,00</b>
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>			<b>R\$6.093,00</b>	<b>R\$69.416,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Considerando os dados apresentados no Quadro 3, verifica-se que o faturamento da Empresa X vem cobrindo suas despesas e gerando lucros, ainda que pequeno. Sua entrada de caixa corresponde a R\$135.500,00 contra sua saída que é de R\$69.416,00 no ano base de 2013. Estes dados mostram que não houve necessidade de captação de recursos no período, havendo excedentes de caixa, os quais podem ser aplicados gerando rentabilidade.

<b>QUADRO 3- FLUXO DE CAIXA ANUAL ANO BASE: 2013</b>	
<b>1. ENTRADAS DE CAIXA</b>	
Transporte escolar	R\$87.500,00
Fretamento	R\$48.000,00
<b>Total de entradas de caixa</b>	<b>R\$135.500,00</b>
<b>2. SAÍDAS DE CAIXA</b>	
<b>Pneus</b>	R\$960,00
<b>Reserva mecânico</b>	R\$1.200,00
<b>Combustível</b>	R\$6.240,00
<b>Óleo, filtro de óleo e filtro de ar</b>	R\$2.280,00
<b>Ducha</b>	R\$960,00
<b>Motorista</b>	R\$14.400,00
<b>Ajudante</b>	R\$9.600,00
<b>Contador</b>	R\$12.000,00
<b>Outros e telefone</b>	R\$ 3.000,00
<b>Impostos:</b>	
Seguro carro: 3500,00 e IPVA:	R\$3.500,00
Seguro DPVAT: R\$369,00	R\$4.428,00
Licenciamento: R\$75,00	R\$900,00
Imposto Sindical: R\$ 19,00	R\$ 228,00
Outros impostos	R\$9.720,00
<b>TOTAL DE SAÍDAS DE CAIXA</b>	<b>R\$69.416,00</b>
<b>3. SALDO LÍQUIDO DO PERÍODO (1-2)</b>	<b>R\$66.084,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Por se tratar de uma empresa de pequeno porte, ela não apresentou o Balanço Patrimonial, nem tão pouco outros demonstrativos contábeis, para que pudessem

ser avaliados com mais minúcias o equilíbrio econômico e financeiro, sendo assim, foi construído o quadro 4, que apresenta o fundo de caixa da empresa, por meio de uma demonstração que concentra as despesas e as receitas ocorridas no ano de 2013, referentes à Empresa X, a fim de se chegar a um resultado, positivo ou negativo. Verifica-se no Quadro 4 que a empresa apresentou uma receita de R\$135.500,00 e sua despesa ficou em R\$91.016,00. Estes dados conferem um resultado de saldo positivo, tendo coberto as despesas do período e ainda gerando um resultado líquido de R\$44.484,00 no mesmo período.

QUADRO 4- FUNDO DE CAIXA

<b>Receita bruta de vendas Faturamento</b>	<b>R\$135.500,00</b>
(+/-)Despesas Fixas	R\$55.976,00
( = ) Resultado Operacional	R\$79.524,00
(+/-) Despesas variáveis	R\$13.440,00
Despesa financeira Financiamento da Van (R\$1.800,00/mês)	R\$21.600,00
<b>( = ) Resultado Líquido do Período</b>	<b>R\$44.484,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A busca pelo superávit entre os recebimentos e pagamentos (entradas e saídas) serve para que a empresa X, demonstre, acompanhe e salde seus compromissos em dia e mantenha crédito junto aos fornecedores. Assim, a própria ação de implementação da Contabilidade de Custos constitui-se em uma forma de motivar a Empresa X a conhecer melhor o funcionamento de seu negócio, possibilitando-lhe visualizar o cenário em que esta empresa atua.

Para esta análise utilizou-se do Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC), fazendo a soma das margens de contribuição na verificação se totaliza um montante igual à soma de todos os custos e despesas fixos.

A margem de contribuição foi assim calculada (diferença entre Receita e soma de custos e despesas variáveis) (Quadro 5):

### QUADRO 5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

<b>Receita Bruta:</b>	R\$135.500,00
<b>Receita líquida</b>	R\$66.084,00
<b>Custo e despesa variável</b>	R\$13.440,00+R\$21.600,00 (Financiamento/Van)= R\$35.040,00
<b>Margem de Contribuição (MC)</b>	R\$66.084,00-R\$35.040,00= <b>R\$31.040,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

O resultado obtido na MC demonstra que a empresa, não consegue ainda absorver seus custos fixos, visto que estes totalizam **R\$55.976,00**.

O Ponto de Equilíbrio se baseou na conjunção dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais. A margem de contribuição foi assim calculada: custos fixos +despesas fixas, dividido pelos custos variáveis. Verificou-se que a margem de contribuição do transporte realizado pela empresa é positiva e contribui com R\$5.165,00 na diluição dos custos fixos. Tal margem de contribuição representa 12,20% da receita total deste negócio, o que significa que o mesmo pode continuar a ser realizado com vistas para o aumento dessa margem.

O cálculo do ponto de equilíbrio foi feito com a seguinte fórmula: custos + despesas fixas divididos pela margem de contribuição. Melhor esclarecendo esse cálculo, os dados da empresa utilizados foram:

Custos (R\$13.440,00 + despesas fixas (R\$55.976,00): Margem de Contribuição (R\$31.040,00) = R\$22.360,00 em valor numérico, chegando-se ao percentual do ponto de equilíbrio da empresa pesquisada, que é 39,95%, o que vem indicar o volume necessário de vendas para a empresa cobrir todas as despesas.

Devido à empresa não ter ativo, e não ter apresentado o balanço, não se fez a demonstração da Taxa de Retorno.

O índice de lucratividade foi assim calculado: Lucro líquido (R\$66.084,00) dividido pela Receita Bruta (R\$135.500,00), verificando que a empresa tem em valores reais uma lucratividade de R\$2.050,00 que significa 1,5%.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES**

Assim, como previsto antes do início desta pesquisa a empresa pesquisada do seguimento de transporte escolar, não elabora suas demonstrações contábeis, para fins de administração e controle gerencial, entretanto foi coletado um conjunto de informações gerenciais de custos, que possibilitou uma avaliação do controle gerencial, que foi capaz de atingir o objetivo de específico deste trabalho, limitado as informações que foram passadas e coletadas durante a pesquisa, relativos ao exercício social de 2013.

O problema de pesquisa pode ser respondido claramente na análise de dados, confirmando que a Contabilidade Gerencial de Custos pode ser uma ferramenta para avaliação do desempenho e gerenciamento do crescimento de uma empresa de pequeno porte do seguimento de transporte escolar, ao considerar a mensuração de suas receitas, adequada apuração e segregação dos custos em fixos e variáveis, permitindo identificar o ponto de equilíbrio e apuração da lucratividade, viabilizando a administração de curto e médio prazo.

Embora a empresa pesquisada ainda não elabore o balanço patrimonial e outros demonstrativos contábeis, fato este que não permitiu a aplicação de alguns indicadores e avaliação mais adequada de alguns aspectos contábeis, mas constatou-se que a Contabilidade Gerencial de Custos é um valioso e imprescindível instrumento para o desenvolvimento das MPEs, assim como o é para as demais sociedades, destacando neste trabalho o ponto de equilíbrio como um elemento importante para o gerenciamento das empresas. Serve ainda para levantar possibilidades de melhorias do negócio com vistas para o seu crescimento futuro.

O cuidado na administração e redução de todos os custos envolvidos na empresa de transporte escolar indica que o empreendedor poderá ter sucesso ou insucesso, na medida em que encarar como ponto fundamental a redução de desperdícios, a compra pelo melhor preço e o controle de todas as despesas internas, buscando sempre o apoio nos relatórios contábeis.

No caso ora estudado, verificou-se que a empresa não possui nenhuma assessoria contábil para sua contabilidade gerencial, devido à falta de recursos disponíveis para essa finalidade, abdicando somente de folha de pagamento e notas fiscais. Durante a pesquisa de campo, para formalizar o estudo de caso, observou-se que a empresa apresenta carência de organização e controle contábil, não possuindo registros contábeis adequados, o que dificultou a elaboração de alguns demonstrativos.

Faz-se uma ressalva quanto à necessidade de verificação constante do fluxo de caixa, por ser um instrumento de fácil elaboração e permite um gerenciamento financeiro constante dos recursos de qualquer empresa.

Neste sentido, o objetivo geral proposto foi atingido, tendo em vista que, ao se desenvolver um estudo da Empresa X, verificou-se a necessidade e aplicabilidade da Contabilidade Gerencial de Custos nas MPEs, sobretudo do ponto de equilíbrio contábil para melhor desempenho e controle financeiro da empresa.

Recomenda-se que esta empresa utilize de forma constante e regular a Contabilidade Gerencial de Custos como uma ferramenta para o seu desempenho e crescimento, atentando-se sempre para o ponto de equilíbrio contábil e também financeiro.

Foi possível evidenciar através da revisão de literatura e do estudo de caso, a importância da utilização das ferramentas da Contabilidade Gerencial de Custos como instrumentos de controle de gestão na empresa de transporte escolar, atingindo-se assim, os objetivos específicos da pesquisa.

Os estudos teóricos apontaram que para administrar com eficiência uma MPE, são necessárias as informações contábeis, organizadas em demonstrativos contábeis oficiais e principalmente um fluxo de caixa. Isso permite que o empresário acompanhe a realidade financeira das empresas, seus pontos de reflexão, manutenção, ajustes e correção. Possibilita ainda, que se possa planejar o futuro desejado para a sua MPE, onde serão traçadas as metas e objetivos com vistas a resultados que foram mensurados no presente e projetados para um período mínimo de um ano. Este planejamento será controlado pela contabilidade de gerencial,

através de seus registros, viabilizando ao administrador tomar decisões certas em tempos hábeis.

Por meio da Contabilidade, é possível analisar não só o ponto de equilíbrio, como também gerenciar e administrar melhor uma empresa. O Ponto de Equilíbrio, alvo principal deste trabalho, é um indicador contábil que informa o volume necessário de vendas para cobrir os custos da empresa. Além disto, permite determinar o nível de produção em termos de quantidade e ou de valor, que se traduz pelo equilíbrio entre a totalidade dos custos e das receitas. Em síntese, a Contabilidade Gerencial de Custos impacta no crescimento das MPEs, pois permite analisar, acompanhar e modificar suas estruturas operacionais sempre que houver necessidade de melhorias.

Por fim, sugere-se novas pesquisas em MPEs, para avaliar e até mesmo possibilitará a conscientização e dos empresários sobre a necessidade de utilização da contabilidade como instrumento de gestão e não simplesmente como uma forma de cumprir obrigações fiscais, que a bem da verdade seria neste caso uma relação secundária da contabilidade, pois a primeira é controlar o patrimônio das entidades e permitir o melhor gerenciamento de uma atividade gerencial.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo, Ed. Atlas, 2003.

BHTRANS. **Portaria BHTRANS DPR Nº 086/2012**. Disponível em: <[www.bhtrans.com.br](http://www.bhtrans.com.br)>. Acesso em: 05/05/2014.

BLATT, Adriano. **Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: MAKROS Books, 2001.

BOTELHO, Ana Amélia M.; SANTOS, Roberto Vatan dos. **Gestão de custos em pequenas e médias empresas para não contadores**. (2004) Disponível em: [www.unifin.com.br/Content/arquivos/20080416134837.pdf](http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20080416134837.pdf). > Acesso em 22/07/2014.

BRASIL. Departamento de Trânsito de Minas Gerais. **Transporte Escolar** (2012). Disponível em: <[www.detran.mg.gov.br](http://www.detran.mg.gov.br)>. Acesso em 10/06/2014

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123/06.** Disponível em: <[www.sefa.pa.gov.br/.../LeisComplementares/lc00123\\_06.htm](http://www.sefa.pa.gov.br/.../LeisComplementares/lc00123_06.htm)>. Acesso em 13/06/2014.

BRASIL. Receita Federal. **DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)**, que é gerado no Portal do SIMPLES Nacional. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>>. Acesso em 10/05/ 2014.

BRASIL. **Receita Federal/impostos.** Disponível em: <[www.receita.fazenda.gov.br/legislacao](http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao)> Acesso em 13/06/2014.

BRASIL. SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Legislação Básica da Microempresa.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>> Acesso em 03/07/2014

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços:** com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

CALLADO, A. A. C., ALMEIDA, M. A., CALLADO, A. L. C. **Gestão de custos em micros, pequenas e médias empresas:** um perfil dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Custos. Anais do XII Congresso Brasileiro de Custos..Florianópolis: 2005. Disponível em: <[http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID\\_TEXTO=479](http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=479)> Acesso em 06/06/2014.

CUNHA, Ulisses do Carmo; RODRIGUES, José Roberto F.A importância da Contabilidade de Custos na Formação de Preços em uma micro-empresa de Uniformes Profissionais. **REDIGE**, v. 3, n. 03, dez. 2012

DETRAN. **Transporte escolar.** Disponível em: <<https://www.detran.mg.gov.br/educacao-no-transito/cursos-de-especializacao-de-condutores/transporte-escolar>> Acesso em: 22/08/2014

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7ed. São Paulo: Harbra, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al . **Contabilidade Introdutória.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos:** um enfoque administrativo. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO, Kamila Batista de; PIETRO, Marina Freitas. **A gestão de custos em micros e pequenas empresas - MPES**: um estudo de caso em empresas de panificação na cidade de Uberlândia. III CSEAR – Conferência Interamericana de Contabilidade Socioambiental – América do Sul. UFPA - Belém – Para – Brasil, Jun/2013.

MORAIS, José Mauro de. **Texto para discussão nº 1189: empresas de pequeno porte e as condições de acesso ao crédito**: falhas de mercado, inadequações legais e condicionantes macroeconômicos. Brasília, junho de 2006.

OLIVEIRA, Edson. **Manual de Impostos e Contribuições**: para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 12. ed. São Paulo: Frase, 2003.

SANTOS, Cleônimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Manual do Super Simples**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2009.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos**: remodelado com ênfase para sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/aprendasebrae>>. Acesso em: 26/08/2014.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.